



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LICENCIATURAS E  
BACHARELADOS**



## **RELATÓRIO FINAL**

### **III FÓRUM PERMANENTE DAS LICENCIATURAS**

**Educação a Distância e Democratização da Educação Superior**

### **I FÓRUM PERMANENTE DOS BACHARELADOS**

**Estágio supervisionado obrigatório e não obrigatório: desafios e possibilidades**

Elaboração:

Lianna de Melo Torres  
(Diretora/DELIB)

Patrícia Oliveira Santos  
(DELIB/DIBAC)

Maria Neide Sobral  
(DELIB/DILEC)

São Cristóvão - SE

2017

## Sumário

Introdução .....	3
Breve histórico dos Fóruns de Licenciaturas .....	4
GT-1 Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (licenciaturas) e para a formação continuada e suas interfaces com a Educação Básica. ....	6
GT-3 Temas transversais (Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Educação em Direitos Humanos, Educação Quilombola, Educação Indígena e Educação Ambiental), LIBRAS e sua inserção nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC).....	7
Resumo das atividades I.....	7
Encaminhamentos: .....	8
Resumo das atividades II.....	9
Encaminhamentos: .....	9
III Fórum Permanente das Licenciaturas e I Fórum Permanente dos Bacharelados .....	12
III FORLIC.....	13
Os documentos de Referência foram: .....	15
G2 - Metodologias Interativas no ensino e na aprendizagem: avaliação, cadernos de aula, tutor. ....	21
1. Questões Discutidas sobre Avaliação:.....	24
2. Problemas Levantados: .....	24
3. Encaminhamentos Aprovados:.....	24
GT-3 Estratégias de Melhoria de Desempenho Acadêmico dos Cursos de Licenciatura da UFS .....	25
Conclusões sobre o III Forlic .....	28
Considerações Finais do III F Forlic e I Forbac.....	51

## **Introdução**

Desde 2015 a Pró-Reitoria de Graduação, através do Departamento de Licenciaturas – DELIB, vem desencadeando discussões através de fórum a respeito das licenciaturas, agregando setores da comunidade acadêmica e em geral para a discussão da formação docente. No ano de 2017, além de dar continuidade às discussões a respeito das licenciaturas, inaugura-se o debate com os bacharelados, uma vez que há uma preocupação com a formação na graduação com qualidade.

O debate, especialmente nas licenciaturas, remonta ao final do século passado, em razão da promulgação da LDB Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a qual definiu a formação docente em nível superior, embora ainda tenha mantido o nível médio e as consequentes formações continuadas em níveis de mestrados acadêmicos e profissionais. Desde então, entidades nacionais têm se mobilizado nas discussões sobre a formação docente, a exemplo da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOP), em um amplo processo de negociação, que culminou com a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada do Magistério da Educação Básica - Parecer CNE/CP nº 2, de 09 de junho de 2015.

A UFS, desde então tem gestado momentos de discussões a respeito dos novos desafios prementes a formação docente, porém já vem acumulando um saber a esse respeito, com a realização três fóruns de licenciaturas consecutivos, porém com algumas discussões pontuais, em nível do Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) no qual gerou um documento reflexivo a respeito do então documento preliminar sobre as diretrizes. O primeiro, em 2015, o segundo, em 2016 e o terceiro, em 2017.

Esse documento procurou recuperar informações e dados dos fóruns dos anos anteriores e apresentar de forma mais detalhada as discussões e encaminhamentos do III Fórum Permanente das Licenciaturas (FORLIC) e do I Fórum Permanente dos Bacharelados (FORBAC), realizados no período de 12 a 13 de setembro de 2017.

## Breve histórico dos Fóruns de Licenciaturas

### I Fórum Permanente das Licenciaturas

Em 14 e 15 de janeiro de 2015 foi realizado o I Fórum Permanente de Licenciatura, sob a coordenação dos professores Jonathas Silva Meneses e Luís Eduardo de Oliveira, cujo tema foi “(Re)pensando as licenciaturas”. Nesse fórum, foram mapeadas questões centrais da licenciatura, em tom mais reflexivo e acadêmico, com a participação de palestrantes de fora do Estado e de programas ligados à formação docente da UFS: LIFE (Programa de Apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores); Monitoria; PET (Programa de Educação Tutorial); PRODOCÊNCIA (Programa de Consolidação das Licenciaturas); PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência); PRODAP (Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aprendizagem Profissional) e Programa de Mobilidade Acadêmica ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), no intuito de promover uma discussão e socialização de suas propostas. Abriu-se, então, um espaço profícuo de busca de soluções para a problemática da formação docente, especialmente no tocante ao chamado insucesso acadêmico. Já se encontrava em pauta a discussão das diretrizes curriculares e a necessária adequação dos cursos da UFS para o atendimento das linhas gerais desse documento em fase ainda de discussão.

#### **Imagens nº 01 - Abertura do evento e Mesa Redonda “A Formação do Professor em EAD” no I Fórum de Licenciaturas**



**Fonte:**

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10205656124348588&set=a.10205656095627870.1073741832.1418663051&type=3&theater>; <http://www.ufs.br/conteudo/15889>.

Entre os temas discutidos destacaram-se: a diversidade do ensino em nível superior, a educação ambiental, questões sobre o livro didático, acesso e permanência nos cursos, o currículo, laboratórios e práticas pedagógicas inovadoras, linhas gerais da formação docente no documento das diretrizes em fase de construção, além da modalidade a distância, culturas

digitais em um amplo leque de questões que respondem pelos desafios da formação docente (MENESES; OLIVEIRA, 2017). Uma discussão importante desse fórum foi sobre a retenção e o engessamento dos currículos, evidenciados em vários diagnósticos realizados pela instituição e os desafios a serem enfrentados para minimizar essas questões. Além disso, questões ligadas à formação a distância, à integração dos programas voltados para o exercício da docência, à necessária inovação pedagógica, bem como a permanência dos alunos nos cursos foram postas como elementos fundamentais a serem considerados na própria política de formação da UFS. Desse evento, que teve uma expressiva participação de público, resultou na publicação “(Re)pensando as licenciaturas”, organizada pelos professores Jonatas Meneses e Luis Eduardo Oliveira.

## **II Fórum Permanente das Licenciaturas**

No ano seguinte, no período de 21 a 23 de março de 2016, foi realizado o II Fórum Permanente das Licenciaturas. Nesse momento, a coordenação do Delib estava sob a responsabilidade da professora Dra. Lêda Corrêa Pires. O tema foi “A licenciatura em foco” e teve como objetivo “discutir e refletir sobre a formação docente nos cursos de licenciatura da UFS, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e para a formação continuada, previstas na Resolução nº 02, de 01 de julho de 2015 - MEC/CNE. A abrangência do tema – formação docente – dialoga com as políticas educacionais relativas à Educação Básica e aos temas transversais, previstos por regulamentações específicas.”

Foi realizada uma conferência de abertura intitulada “Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (licenciaturas) e para a formação continuada: a formação docente em discussão”, proferida pelo Prof. Dr. José Fernandes de Lima, membro do Conselho Nacional de Educação (CNE).

No segundo dia do evento, 22 de março de 2016, foi realizada uma mesa redonda, cujo tema foi “Base Nacional Comum Curricular: reflexões e

perspectivas”, composta por Dr. Jorge Carvalho do Nascimento (Secretário de Estado da Educação), Profa. Dra. Márcia Valéria Lira Santana (Secretária Municipal de Educação), Prof. Dr. Ruy César Pietropaulo (Universidade Anhanguera/Comissão de Matemática da BNCCD).

Na sequência do evento, os grupos de trabalho foram organizados em GT, distribuindo-se em 04 temáticas, a saber:

### **GT-1 Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (licenciaturas) e para a formação continuada e suas interfaces com a Educação Básica.**

Dentre as proposições desse GT foram elencadas:

- Necessário diálogo com as Secretarias de Educação por meio do Delib, possibilitando uma aproximação entre o *locus* de formação e de atuação docente;
- Importância de uma aproximação entre a graduação e pós-graduação, em formato a ser definido;
- Estreitamento dos laços formativos entre bacharelado e licenciatura, entre a modalidade a distância e a presencial, tendo em vista maior integração dos cursos e das práticas pedagógicas dos referidos cursos e modalidades;
- Estabelecimento de formas de socialização de práticas e experiências pedagógicas no âmbito dos laboratórios voltados para a formação inicial e continuada de professores;
- Articulação dos diferentes programas de formação docente em ações conjuntas de troca de experiências e mobilização para valorizar a profissão de professor como um trabalho;
- Elevação do lugar do estágio na formação de professores e promoção de condições efetivas para sua realização. Esse ponto foi abodado porque, em alguns departamentos, o estágio perdeu o status de disciplina e passou a ser atividade.

## **GT-2 Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) e suas articulações com Ensino, Pesquisa e Extensão.**

Nesse GT, as discussões giraram em torno de três problemas: articulação entre graduação e pós-graduação; O lugar das práticas pedagógicas, vinculando teoria e prática e a importância de articular as atividades de extensão-pesquisa e ensino. A partir desses problemas foram feitos os seguintes encaminhamentos:

- Demanda jurídico-acadêmica tendo em vista a complexidade da formação de professor e a premência de qualidade social da educação;
- Projeto coletivo;
- Formação de comissão no interior do conselho departamental, com representante discente;
- Levantamento das demandas do curso;
- Elaboração de documentos prévios;
- Estabelecimento de fóruns da licenciatura e intraliciaturas para análises desses documentos;
- Formação de consenso em torno do PPC.

## **GT-3 Temas transversais (Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Educação em Direitos Humanos, Educação Quilombola, Educação Indígena e Educação Ambiental), LIBRAS e sua inserção nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC).**

Observação: não tivemos acesso ao relatório produzido por esse grupo.

**GT-4 Estrutura curricular, interdisciplinaridade e carga horária dos cursos de licenciatura.** O grupo apresentou três resumos das discussões, seguidas de encaminhamentos, conforme registro abaixo.

### **Resumo das atividades I**

Discussão e a tomada de posições sobre as resoluções relativas à inserção das 400 horas de Práticas de Componentes Curriculares (PCC) nas matrizes

curriculares dos cursos de formação docente, bem como a sua distribuição e a sua interrelação com os demais componentes curriculares dos núcleos de estudos dos cursos de licenciatura (Art. 12, inciso I e II da Resolução 02, de 01 de julho de 2015).

#### **Encaminhamentos:**

- Os projetos pedagógicos de cada licenciatura deverão explicitar o modo como serão distribuídas as 400 horas de Práticas de Componentes Curriculares - PCC - em suas propostas curriculares, observando-se a não aplicação desse procedimento no que se refere às disciplinas consideradas técnico-científicas. Quanto a isso, ficou acordado que cada curso deverá definir o que, nos respectivos casos, se considerará como disciplina técnico-científica. Quanto à distribuição das 400 horas de PCC, ficou entendido que elas poderão ser computadas como parte da carga horária das disciplinas pedagógicas que tratem da formação profissional do docente em sua área específica.
- A PCC deve ainda ser aplicada como instrumento de articulação entre as diferentes áreas do conhecimento, promovendo-se, com isso, a visão interdisciplinar. Destacou-se, na reunião, a importância da PCC como atividade relevante à preparação do aluno para as atividades que serão realizadas nas disciplinas de Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório.
- Quanto às atividades formativas descritas nos núcleos I e II e suas respectivas cargas- horárias, ficou acordado que as mesmas poderão ser propostas ao longo dos cursos de licenciatura, a depender da natureza e da emergência de cada um deles, através de disciplinas práticas, teóricas e/ou teórico-práticas, como também por meio de atividades formativas diversas. Tendo-se em vista a viabilização da aplicação das resultantes deste encontro, foram lançadas as propostas de reestudo das ementas de disciplinas já existentes em cada curso, com fim de contemplar essas (ou parte dessas) quatrocentas horas de PCC com o mínimo de acréscimo na carga horária geral dos cursos de licenciatura.
- Criação de encontros sistemáticos dos Núcleos Docentes Estruturantes das Licenciaturas, coordenados pelo DELIB com os representantes do NDE de cada curso, para que haja uma maior compreensão e disseminação dos temas



abordados.

## **Resumo das atividades II**

Discussão sobre a prática da interdisciplinaridade na estruturação curricular dos Projetos Pedagógicos de Curso; o Estágio Supervisionado e suas relações com a Prática como Componente Curricular (400h); e a viabilização, no atual contexto socioeconômico e educacional brasileiro (pontos favoráveis e desfavoráveis), da implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais, previstas na Resolução No 02, de 15 de julho de 2015.

### **Encaminhamentos:**

- Ao se discutir a questão dos Estágios Curriculares Supervisionados, sentiu-se a necessidade de delimitar o número de alunos por professor orientador e por disciplina. Concluiu-se que será preciso determinar uma maneira de viabilizar o funcionamento do termo de cooperação técnica entre a Universidade Federal de Sergipe e as redes de ensino, preferencialmente, as públicas (estadual e municipal), de modo a garantir ao professor (supervisor) do Ensino Básico benefícios no que concerne à sua formação continuada e à sua atuação pedagógica.
- Como contrapartida a essa colaboração, propôs-se o incentivo ao ingresso do professor supervisor nos cursos de Pós-Graduação oferecidos pela Universidade Federal de Sergipe, ressaltando-se que, para tanto, se fará necessária sua permanência em sala de aula nos momentos de intervenção do estagiário.
- No que se refere à problemática da inclusão dos temas transversais (Art. 13 § 2º, Resolução nº 2/2015) nas matrizes curriculares dos cursos de licenciatura da UFS acordou-se que essa abordagem poderá ser contemplada tanto em disciplinas específicas direcionadas a esses temas, quanto incluída no ementário das disciplinas já existentes.
- Somos favoráveis às modificações sugeridas nas Diretrizes Curriculares (2015), porém, em contrapartida, a UFS deverá garantir a solicitação de novos códigos de vagas para contratação de professores para trabalhar nos cursos de licenciatura, a fim de podermos concretizar as necessidades

apresentadas nos documentos oficiais do MEC, bem como, podermos efetivamente ampliar a carga horária de nossos cursos.

A ata do dia 26 de março de 2016, registrada como “PLANO DE AÇÃO II FÓRUM PERMANENTE DAS LICENCIATURAS: A FORMAÇÃO DOCENTE EM FOCO”, subscrita pela professora Dra. Leda, coordenadora geral do evento, informa que houve cerca de 300 (trezentos) participantes, dos quais 70 (setenta) docentes dos cursos de licenciaturas da UFS e do Colégio de Aplicação, 230 (duzentos e trinta) graduandos da UFS, além de monitores e convidados externos à instituição. Assim, a plenária do referido fórum votou 11 (onze) propostas que integram esse plano de ação, o qual consta na íntegra do referido documento, disponível no Portal da UFS:

1. Fortalecimento do diálogo entre UFS, Secretarias Municipais e Secretaria Estadual de Educação de Sergipe. Essa parceria visa a um conjunto de propostas voltadas principalmente à (ao):
  - 1.1. Melhoria de qualidade do estágio obrigatório;
  - 1.2. Estímulo às políticas de formação continuada aos docentes da rede (Prodocência, PIBID, PIBIX, PNAIC, PNEM e pós-graduação *stricto sensu* (acadêmica ou profissional) etc.);
  - 1.3. Criação de parcerias para possibilitar a locomoção (transporte) dos professores orientadores da UFS nos acompanhamentos de estágios obrigatórios;
  - 1.4. Estímulo às atividades do estágio não obrigatório;
  - 1.5. Ampliação do campo das linguagens (oferta do francês e demais linguagens, como dança, teatro e música) como atividades de estágio;
  - 1.6. Disponibilização de benefícios (bolsa ou equivalente) aos supervisores técnicos, além de certificação.

Obs.: Com relação ao Colégio de Aplicação, ainda que independente das negociações com as secretarias de educação buscar-se-á estender ao CODAP os benefícios dos itens 1.3, 1.4 e 1.5.

  - 1.7. Seleção, por amostragem, das escolas públicas estaduais e municipais, com o fito de melhoria da qualidade do atendimento aos estágios curriculares;
  - 1.8. Formação de comissões de estágio pelas secretarias;
  - 1.9. Melhoria da plataforma do estágio no SIGAA.
2. Atendimento integrado do DELIB e do DEAPE aos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) e/ou Colegiados dos Cursos de Licenciatura durante o processo de reforma do Projeto Pedagógico de Curso, em função das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Superior (Resolução nº 02, de 01 de julho de 2015);
3. Formação de uma Comissão do II Fórum Permanente das Licenciaturas em conjunto com a direção do DELIB e com a coordenação da DILEC;

4. Inserção da disciplina “Gestão escolar” em todos os PPC de Licenciatura da UFS, desde que se defina qual (is) o (s) departamento(s) aptos a essa oferta;
5. Ampliação da oferta do CODAP – Educação Fundamental Menor (1º ao 5º ano);
6. Inserção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em todos os Projetos Pedagógicos de Cursos de Licenciaturas;
7. Inserção de disciplinas básicas que trabalhem com os conteúdos fundamentais na área das linguagens: língua portuguesa, matemática básica, informática dentro do primeiro semestre de cada curso, por meio da criação de módulos ou cursos de nivelamento como atividades complementares;
8. Determinação do número máximo de estagiários, por professor orientador, nos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC);
9. Inserção dos Seminários Integradores, conforme prevê o Artigo 104, da Resolução 14/2015/CONEPE, de orientação temática e interdisciplinar. Esses Seminários Integradores podem funcionar no âmbito departamental ou interdepartamental.

Os temas geradores das discussões nos Grupos pelo grupos do FORLIC voltados para as questões da EaD, decidido em sessão plenária durante o II Fórum Permanente das Licenciaturas. A relevância do tema consiste, principalmente, na possibilidade de articulação entre o ensino a distância e o presencial como parte de um conjunto de estratégias para melhoria de desempenho acadêmico dos cursos de licenciatura da UFS, por força das Diretrizes Curriculares Nacionais para formação em nível superior e para formação continuada (Resolução nº 2 de 1º de Julho de 2015/CNE/CP).

O II Fórum focou o debate sobre a formação inicial e continuada de professores em atendimento às DCNs. O documento reafirma o entendimento de que a formação do magistério da educação básica é indispensável para a construção de um projeto nacional, em níveis e modalidades de educação, de modo a promover a criação de um Sistema Nacional de Educação, com valores pautados na inclusão, permanência em um padrão de qualidade, defendendo a diversidade e pluralidade cultural. Para tanto, as instituições formadoras em diferentes níveis e modalidades devem estar articuladas, com uma base comum nacional, para formação inicial e continuada. Isto requer articulação entre a graduação e pós-graduação, entre o ensino e a extensão. Calcada em proposta interdisciplinar, o currículo precisa proporcionar a produção e socialização do conhecimento, respeitando a realidade concreta dos sujeitos e, especialmente, a compreensão da educação como um direito fundamental. Nessa direção, a formação e valorização do magistério precisa ser assegurada para proporcionar as condições efetivas de um trabalho coletivo e

necessário a essa formação. Compreendemos que o momento de discussão da EaD foi oportuno, uma vez que a discussão não se esgotou no II Fórum e com a prorrogação pelo MEC do prazo de reformulação dos Projetos Pedagógicos dos cursos de Licenciatura, todos os *campi* da UFS ainda estão em processo de reformulação.

### **III Fórum Permanente das Licenciaturas e I Fórum Permanente dos Bacharelados**

As discussões para a organização do evento das licenciaturas tiveram lugar logo após a posse da professora Dra. Lianna de Melo Torres, na chefia do Delib, com o apoio da coordenadora dos bacharelados a professora Dra. Patrícia Oliveira Santose, posteriormente, da profa. Dra. Maria Neide Sobral, como coordenadora das licenciaturas. Houve um movimento de sensibilização junto aos centros e departamentos para mobilização dos docentes para a participação no III Forlic e no I do Forbac, definindo grupos de trabalhos, envolvimento no processo de realização e comprometimento com os encaminhamentos.

Durante essa trajetória, questões já postas durante os fóruns anteriores, especialmente das licenciaturas iam e viam nas discussões, evidenciando algumas insatisfações por conta das efetivações não ocorridas dos encaminhamentos propostos.

O tema proposto para o I Forbac foi “Estágio Supervisionado obrigatório e não obrigatório: desafios e possibilidades”. Já o tema deste ano do III Forlic foi “Educação à distância e democratização da educação superior”, um pouco diferente do que havia sido indicado no fórum anterior. Ambos os fóruns contaram com mesas redondas e grupos de trabalhos para que os temas pudessem ser amplamente debatidos.

A solenidade de abertura e a conferência foram atividades comuns aos dois fóruns. Assim, durante a manhã do dia 12 de setembro, os participantes puderam assistir, no Auditório da Reitoria, à conferência “Os desafios da Educação Superior no Brasil”, proferida pelo Prof. Dr. Naomar de Almeida Filho, Reitor *protempore* da Universidade Federal do Sul da Bahia àquela data.

**Imagens nº 2** - Mesa de Abertura do III Fórum Permanente de Licenciaturas e I Fórum Permanente de Licenciaturas (2017); Palestrante Prof. Dr. Naomor Almeida Filho.



Fonte: Acervo do DELIB.

### III FORLIC

Em relação à programação do III Fórum Permanente das Licenciaturas foi realizada uma mesa no auditório da didática VI que abordou o tema “educação à distância e democratização da educação superior” e foi composta pelo professor Luís Paulo Leopoldo Mercado (Universidade Federal de Alagoas – UFAL), professor José Mário Aleluia Oliveira (Departamento de Educação da UFS) e professor Antônio Ponciano Bezerra (diretor do Centro de Educação Superior a Distância da UFS), sob a coordenação da professora Maria Neide Sobral (Divisão de Licenciaturas do Delib/Prograd da UFS).

O professor Mercado abordou, em linhas gerais, a Educação a Distância no contexto das instituições públicas, salientando que sua oferta de incluir a integração da tecnologias da informação e comunicação para a realização de objetivos pedagógicos, e a necessária formação e qualificação da tutoria e atualização dos projetos políticos pedagógicos dessas instituições com a oferta de disciplinas ou parte delas a distância. Também pontou sob a criação, a organização, a oferta e o desenvolvimento de cursos a distância observarão a legislação em vigor e as normas específicas expedidas pelo MEC (Educação a Distância, Dec. 9.057/17). Destacou sobre as perspectivas, os desafios, as dificuldades da Educação a distância, sem perder de vista a gestão dessa modalidade educativa.

Em seguida, o prof. Dr. Aleluia fez uma reflexão sobre o perfil do Ensino Médio e suas dificuldades de aprendizagem na leitura, na escrita, na compreensão textual, para em seguida fazer uma reflexão sobre alguns conceitos e suas implicações a respeito do ensino/educação a distância; Ensino/educação online. Em

sua fala, apresentou elementos sobre o Censo da EAD no Brasil de 2013, o qual revela que os egressos, as instituições, as dificuldades, como evasão, resistências e desafios de se ofertar a EaD em locais em historicamente prevalece a modalidade presencial. Nessas interações de ideias ressalta a conexão entre culturas digitais e educação no mundo contemporâneo e suas formas de convergência, participação e formas hiperdesenvolvidas de subjetividades que precisam ser levadas em conta.

Por fim, o prof. Dr. Ponciano focou na EaD em seu contexto histórico, em relação ao desenvolvimento das tecnologias da comunicação e à instituição de universidades em diferentes continentes e temporalidades. Depois centra-se no encadeamento das ações políticas e sociais que culminaram com a criação da Universidade Aberta do Brasil, particularmente em Sergipe, considerando como uma estratégia de democratização das oportunidades educacionais. Por fim, trouxe enunciados de egressos das diferentes licenciaturas da UAB/SE, através de narrativas colhidas por um trabalho científico defendido na Universidade Tiradentes, cujo conteúdo ressalta a importância da formação recebida e o impacto em suas vidas pessoal e social.

**Imagem nº 3** – Mesa redonda: “Educação a distância e democratização da educação superior”



Fonte: Acervo do Delib

No dia seguinte, 13 de setembro de 2017, os três grupos de trabalho definidos para esse fórum foram encaminhados para sala diferentes.

**GT-1 Oferta dos 20% da carga horária em EaD nos cursos presenciais.** Esse Grupo foi mediado pelo professor Dr. Fábio Alves Santos e teve como relatora a professora dra. Eliana Romão.

**Os documentos de referência foram:**

1. Resolução nº 2, de 1º de Julho de 2015, por meio da qual o Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Educação definiram as Diretrizes Curriculares Nacionais Para Formação Inicial Superior (cursos de licenciaturas, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para Formação Continuada;

2. Portaria que trata da oferta semipresencial em cursos superiores, conforme trecho destacado a seguir:

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 81 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no art. 1º do Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, resolve: Art. 1º. As instituições de ensino superior poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semipresencial, com base no art. 81 da Lei nº 9.394, de 1996, e no disposto nesta Portaria. [...] § 2º. Poderão ser ofertadas as disciplinas referidas no caput, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20 % (vinte por cento) da carga horária total do curso.

Foram introduzidas as seguintes questões norteadoras, para orientar o debate do grupo: Como acredita ser possível incluir essa carga horária na reformulação do seu curso? Como regulamentar a função de professor-tutor na modalidade a distância? De que forma e quais disciplinas considera mais adequadas nessa modalidade a distância?

No relato encaminhado pelo GT, segue-se a seguinte problematização:

Como fazer valer uma Educação que se faz na modalidade a distância com qualidade em contexto de muitas faltas? Que educação a distância quero oferecer? Qual a estrutura que temos? Recursos tecnológicos, Recursos humanos, tempo e espaços. Quem é o aluno da educação a distância – Como oferecer 20% da EAD na educação presencial? O debate, portanto, girou nos em torno dos elementos abaixo relacionados:

1. **Tecnologias** - Não se faz educação sem que seja potencializada pelas tecnologias, mais ainda na modalidade a distância. Mas as tecnologias que nos servem são as tecnologias humanizadas – servem de “condutor da influência humana” que influencia no meio externo;

2. **Professor e tutor** - se faz educação sem o professor – professor preparado. Em EAD inventou-se a figura do tutor. Há tutor para os propósitos pretendidos?

3. **Disposição coletiva** - Não se faz educação isoladamente. “Educação não é coisa de um só homem.” E, em Ead, sobretudo, requer um trabalho coletivo.

4. **Substantivo** - Não se faz educação calcada nos adjetivos e esquecidas dos substantivos. Educação é o substantivo. É a educação que não podemos perder de vista, embora o adjetivo atribuído à modalidade determine seu rosto, sua materialidade.

5. **Complicadores** - Não se faz educação sem que se superem as distâncias. Que, no caso, são muitas. São muitas distâncias, são muito complicadores, resistências e preconceitos. Não há uma equipe multidisciplinar. A resistência ainda é grande e o preconceito também.

6 **Envolvimento professor e aluno** - Não se faz educação sem que os envolvidos estejam determinados em participar do caminho educativo, o qual não é simples nem fácil, pois estamos falando de educação. Mas posso me deixar dizer que se de perto é difícil, quando estamos de longe, relação recíproca, o seu contrato, tácito no mais das vezes, entra em vigor. Ele regula a forma das suas relações, conforme nos prenuncia Brecht. Chegar onde a educação presencial não chega. Não é uma questão de números, mas o perfil do aluno – que trabalha, que viaja, que tem família, que tem grandes dificuldades de deslocamentos. O aluno não precisa vir aqui todo dia nem este aluno precisa estudar na mesma hora. Respeito genuíno de que nossos alunos são de fato diferentes, com histórias diferentes, vidas diferentes **A democratização da educação por meio da EAD não é questão de vagas. A EAD permite que a universidade chegue ao aluno, não o aluno chegue à universidade.** E por isso tem crescido vertiginosamente.

Isso pode ser regatado historicamente, desde o início do séc. XX na Itália, com os cursos por correspondência, França, Inglaterra – Reino Unido, África, Espanha, Alemanha e depois chega ao Brasil. Mais de 80 países, nos cinco continentes, oferecem educação a distância. Muitos professores tiveram acesso à universidade (exemplo no Mato Grosso -10.000) em razão da oportunidade Educação a Distância. Tanto uma quanto a outra tem propriedades nutritivas e cada uma pode contribuir imenso para formação de professores. Nada é melhor que o encontro, mas quando não é possível é preciso fazer o encontro acontecer



potenciado pelas tecnologias. Que, aliás, é só um recurso. Quando falamos em educação, o humano e a humanização serão sempre o mais importante.

**7. Professor e estudante** - O professor tem papel importante. Mas a ênfase é na figura do tutor – tutoria precarizada. O aluno também. “O discente é a peça de uma prática retribuída, o objeto de um ofício, a matéria de uma produção, ainda delicada de definir-se.” (BARTHES, p. 318, ) Ponciano lembra o perfil do estudante. O que o estudante faz e suas dificuldades trazem implicações para os cursos de licenciatura, isto é, se tem acesso e hábito de leitura, teatro, cinema, eventos, viagens, exposições...

**8. Evasão é grande** - 50%, mas aqueles que conseguem, chegam longe, pois muitos alcançam aprovações em 1º lugar nos concursos.

**9. Comunicação** - um dos grandes desafios é a comunicação a distância – laços, relação entre os envolvidos. Sair da solidão. Criar formas de compartilhamento do conhecimento, é fundamental.

**10. Contrato didático** - Não se faz educação sem que faça valer um bom contrato didático, já que “na maior parte do tempo, as relações entre humanos sofrem, muitas vezes até à destruição, por não ser respeitado o contrato entre eles estabelecido.” A partir do momento em que dois humanos entram em determinado contrato, teria ele todo tempo que se propaga para estudar ou não? Estaria, de fato, disposto a estudar e a atender ao contrato ou apenas ir levando?

No processo de problematização, novos questionamentos, conforme documento encaminhado pelo GT 1, surgiram em relação à (ao):

1. Oferta híbrida (mista) - Presencial e a distância – uso de espaços baseados nas TDIC com qualidade e no cenário atual – tantas faltas, engessados – sem fazer contratos, com cortes, sem investimentos?

2. Professor-tutor. Tutoria – o professor é o tutor. Temos tutoria funcionando há nove anos. O professor será o mediador. Vamos usar as tecnologias existentes, vamos usar a mediação?

3. Como computar as atividades realizadas? Como romper a ausência de diálogo. Os departamentos não dialogam com os outros departamentos. Os departamentos não dialogam entre si. Como pensar na oferta de disciplinas à distância: seriam as que não temos possibilidade de oferecer presencialmente, e por isso as ofereceríamos inteiramente a distância?

4. Quantos professores? Vamos aderir à política da tutoria? Ou ao professor voluntário (é necessário fazer uma discussão sobre professor voluntário) ou poderiam ser tutores? Quem seriam os tutores? Estágio docente ocorreria em forma de tutoria (quanto a esse ponto não houve consenso).

5. Como operacionalizar as disciplinas a serem ofertadas na modalidade a distância? Se a carga horária do curso tiver 3000 horas poderiam ser usadas 300 horas? Houve consenso de que os estágios nem as avaliações poderiam ser realizados a distância, como já vêm ocorrendo. É preciso registrar as atividades da agenda do dia dos estagiários.

6. Talvez uma opção fosse começar pelas optativas. Não negligenciar o aspecto pedagógico. Produção de textos em Letras é uma disciplina de nivelamento. Seria o caso de inserir a disciplina de nivelamento como semipresencial. Por que não outro nome? Faz-se necessário criar um programa de nivelamento que é formalmente recomendado. Escolher bem as disciplinas que vamos trabalhar – com qualidade e finalidade. Preparar nosso aluno para que seja capaz de atuar com as tecnologias. Se vamos pensar 20% em cada disciplina, como não confundir as atividades a distância com educação a distância. Como caracterizar ensino a distância? Na expressão “Educação a Distância” Educação é nosso substantivo, já a distância é a modalidade que nos desafia e propõe uma tarefa.

7. Qual o suporte que a EAD ofereceria para esses alunos deficientes? Que pessoas fariam a mediação? Frise-se que esses mecanismos de mediação têm que ser efetivos, com material didático adequadamente elaborado e com a presença dos tutores. Ainda permanece a dúvida de quem serão esses tutores. Quem é o aluno? Apelo à sua autonomia (é imprescindível o aprendizado autônomo), a qual se mostra como outro complicador. Vê-se, portanto, que a autonomia é exercida tanto quanto possível. Que faremos em favor dessa autonomia?

8. Imperativos cobrados do aluno – ter autonomia, tirar dúvidas, aprendizagens individualizadas, aprender a aprender. Grande questão: como fazer essas mediações funcionarem? As ferramentas existem, mas estão sendo utilizadas adequadamente? A comunicação acontece? É notório que a operacionalização técnica e política de tutores e formação de professores não existem. Houve consenso em relação ao fato de que, quando a maioria dos departamentos concluírem suas reformas curriculares devidamente aprovadas pelo CONEPE, esta discussão ficará

obsoleta. Em síntese: qual entendimento do GT sobre os 20 % das disciplinas ou da carga horária (CH) do curso?

9. Todo professor pode ou não usar 20% de sua CH a distância? A demanda daí decorrente deve apresentar um calendário de diálogo entre o professor e o aluno, isto é, um contrato didático. Assim, deve-se produzir este material ou projetar videoaulas, fóruns, filmes, chats, fóruns de discussão. Não é só dizer “está aqui o ambiente virtual”, pois deve haver acompanhamento com por parte do CESAD. Quem vai avaliar quais as disciplinas poderão incluir esse tipo de oferta será o respectivo departamento. Assim, é necessário se valer de tudo que temos e criar outros ambientes.

10. Quais serão as disciplinas que entrarão nesse projeto? Todas as disciplinas poderão ser contempladas? Para tanto, precisam ser sinalizadas, pelo DELIB em diálogo com o Departamento, aquelas prioritárias – transdepartamentais e propedêuticas, como Português Instrumental, Produção de Texto e Inglês Instrumental. Destaque-se que o professor do Departamento de Letras, Ricardo Abreu, já sinalizou a oferta de Produção de Texto dentro da proposta em pauta.

A proposta de **encaminhamentos** para possíveis resoluções das questões propostas para discussão na plenária foram as seguintes:

**1. Indicação da oferta pelo DELIB** - Órgão que tem um papel importante na indicação de oferta das disciplinas gerais que poderiam ser ministradas no quantitativo dos 20% a distância. Nossa discussão, consensual neste ponto, ressaltou a importância dos espaços de diálogo. É preciso que esta oferta seja sistematizada e não apenas decidida pelo professor a cada semestre. Aproveita-se assim a experiência existente na UFS, por meio do acompanhamento realizado pelo CESAD na oferta de cursos a distância desde 2007. Isto implica seguir os requisitos para elaboração de cadernos de aula, ambientes virtuais de aprendizagem, avaliações, etc. Os departamentos precisam deixar claro no PPC quais serão estes componentes curriculares. Pode-se chegar à definição de que serão 20 % das disciplinas, ou 20% da carga horária delas, ou as duas coisas de acordo com a legislação – um regime misto – desde que especificado no projeto que não ultrapasse a CH total. Além disso, é preciso que seja uma oferta regular. Ressalte-se que isso deve ser muito bem especificado. É preciso ter cuidado para que a Educação a Distância não se reduza a uma mera atividade a distância. Dessa forma, se o professor estabelece 10% de atividades a distância, isso não configura Ead, mas é atividade mediada e integrante

desse processo maior.

2. **Disciplinas a serem contempladas** - Quais serão as disciplinas que entrarão nesse projeto? Todas as disciplinas podem ser contempladas. Todavia, entende-se que o ideal é que se estabeleça institucionalmente aquelas prioritárias – transdepartamentais e propedêuticas – a exemplo de Inglês Instrumental, Produção de texto, Estrutura e Funcionamento do Ensino.

3. **Tutor** - Não seria um tutor qualquer. Teria processo de seleção? Como seria o professor voluntário? Teria que ser um professor. Pela experiência em andamento na UFS, o professor é o responsável pela disciplina, por sua organização, definição de objetivos de aprendizagem, conteúdos trabalhados, elaboração de avaliação. O tutor é o responsável por estabelecer a relação mais próxima ao aluno, intermediar esta relação. O processo seletivo é indispensável, existem regras estabelecidas pela CAPES e procedimentos já adotados pelos cursos de graduação já ofertados atualmente; é preciso discutir institucionalmente a possibilidade de adoção da figura do professor voluntário para o exercício da tutoria. Tutor exerce função docente, trabalha como professor, mas não é contratado como professor, não ganha como professor. Por isto, foi consenso que se pensasse no papel da tutoria relacionando ao exercício da docência.

4. **Inclusão da oferta dos 20%** - É indispensável inserir a questão da oferta dos 20% nas discussões acerca das reformas curriculares em andamento, do contrário toda esta reflexão realizada no fórum será improfícua. Entende-se que o DELIB é o órgão que tem um papel importante como vetor destes encaminhamentos, uma vez que dispõe das condições para mapear as disciplinas gerais que são mais ofertadas. Os departamentos devem realizar a discussão e deliberação a partir destas orientações. Isto não é interferir na autonomia, mas, como conhecedor do quadro das disciplinas, o DELIB pode sinalizar aquelas transdisciplinares que têm o perfil que estamos a identificar. O departamento deve problematizar entre seus professores e promover as “andanças pedagógicas”, em vez de nivelamentos.

Por fim, faz algumas colocações a respeito da implantação da proposta, especialmente no tocante à tutoria (estágio docente, monitoria, bolsistas, professores voluntários, entre outros formatos). Ressalta-se a necessidade de se considerar a tutoria como atividade docente, caso contrário dificulta-se a contratação de tutores, além disso é fundamental ampliar as cotas de tutores do sistema UAB. Outrossim, o

termo professor voluntário não foi consensual no GT, pelo fato de esta possível brecha poder criar sérios riscos não apenas para o curso em marcha, mas para a direção que se pretende imprimir à modalidade em pauta – uma formação de qualidade. E ainda foi assinalado o papel do Sigaa como um ambiente de registro. Não deixando de lado o fato de o espaço pedagógico ser um campo virtual de aprendizagem. Assim, é imprescindível maximizar, otimizar os espaços para acesso à tecnologia pelos alunos e professores, buscando a integração presencial com a distância, tudo isso através das reformas curriculares. Essa deve ser a nossa política de formação de professor.

Nessa direção, entende-se fundamentalmente que não devemos perder a oportunidade de reestruturação da universidade e isto passa por uma definição de nossa política de licenciatura. O que entendemos sobre formação do professor? Que saberes constituem o professor? Além desses saberes, que Arte e que Ciência? Isso porque é necessário pensar a licenciatura de forma interdisciplinar. É preciso que os departamentos estabeleçam diálogo em torno dos seus objetivos comuns, e este diálogo deve ser mediado pela PROGRAD. Há pouca discussão sobre ensinar a aprender, mas há muita discussão sobre o conteúdo, o que faz o lugar da licenciatura perder espaço nessa discussão. Portanto, é preciso ter em mente que a licenciatura é maior que o conteúdo, que é maior que a docência, conseqüentemente é maior que as grades curriculares.

## **G2 - Metodologias Interativas no ensino e na aprendizagem: avaliação, cadernos de aula, tutor.**

O encontro desse grupo deu-se na didática VI, sala 107, tendo como mediadora a prof<sup>a</sup>. Dra. Laura Camila Braz de Almeida e como relator o professor Dr. Fernando de Mendonça.

As questões geradoras que provocaram as discussões desse GT foram as seguintes: Quais as condições objetivas de realização de atividades interativas no curso que leciona? De que forma a inovação pedagógica tem sido desenvolvida em seu curso? Quais os desafios e as limitações para operacionalizar mudanças didáticas no AVA? Como analisar os cadernos de aula? Como analisar a tutoria?

A apresentação do tema foi realizada pela professora Dra. Laura Camila. Ela discutiu sobre: ensino, aprendizagem e avaliação (exame ou avaliação?). Em

seguida, incluímos apontamentos da apresentação da referida professora pela relatora do GT2.

A Profa. Dra. Laura Camila Braz de Almeida se expressa através de Luckesi (2002, p. 95), o qual afirma que “a avaliação do aproveitamento escolar seja praticada como uma atribuição de qualidade dos resultados da aprendizagem dos educandos, tendo por base seus aspectos essenciais e, como objetivo final, uma tomada de decisão que direcione o aprendizado e, conseqüentemente, o desenvolvimento do educando (LUCKESI, 2002, p. 95). Com isso, fugiremos do aspecto classificatório, que sob forma de verificação, tem atravessado a aferição do aproveitamento escolar. Nesse sentido, ao avaliar, o professor deverá: coletar, analisar e sintetizar as condutas cognitivas, afetivas, psicomotoras dos educandos, produzindo uma configuração do efetivamente aprendido. Atribuir uma qualidade a essa configuração da aprendizagem a partir do nível de expectativa pré-estabelecido. A partir dessa qualificação, tomar uma decisão sobre as condutas docentes e discentes a serem seguidas, tendo em vista: a reorientação imediata da aprendizagem; encaminhamento do educando para passos subsequentes da aprendizagem. Luckesi (2002, p. 99) ressalta que a prática de avaliação da aprendizagem, em seu sentido pleno, só será possível na medida em que se estiver efetivamente interessado na aprendizagem do educando. O exame é pontual. Exemplo: vestibular, concurso, seleção de mestrado. A avaliação é processual, serve para averiguar a aprendizagem e conduzir o planejamento de ensino no docente.

Planejamento e Avaliação na Escola: o ato de planejar é a atividade intencional pela qual se projetam fins e se estabelecem meios para atingi-los. Planejar é decidir antecipadamente o que deve ser feito, ou seja, um plano é uma linha de ação pré-estabelecida (LUCKESI, 2002, p. 109). O que importa é que o ato de planejar ganhe a dimensão de uma decisão política, científica e técnica. É preciso que ultrapasse a dimensão técnica, integrando- a numa dimensão político-social (LUCKESI, 2002, p. 115). Enquanto o planejamento dimensiona o que se vai construir, a avaliação subsidia essa construção, porque fundamenta novas decisões. A avaliação subsidia a própria produção do projeto ou o seu redimensionamento. Nesse contexto, a avaliação é um constante olhar sobre o que se está realizando. É uma crítica do percurso da ação. Prática escolar: do erro como fonte de castigo ao erro como fonte de virtude. A visão culposa do erro, na prática escolar, tem

conduzido ao uso permanente do castigo como forma de correção e direção da aprendizagem. Todavia, uma visão sadia do erro possibilita sua utilização de forma construtiva (LUCKESI, 2002, p. 48).

O erro poderia ser visto como uma fonte de virtude, ou seja, de crescimento. O que implicaria estar aberto a observar o acontecimento como acontecimento, não como erro; observar o fato sem preconceito, para dele retirar os benefícios possíveis. Uma conduta, em princípio, é somente uma conduta, um fato; ela só pode ser qualificada como erro a partir de

determinados padrões de julgamento. Os erros servem positivamente como ponto de partida para o avanço, na medida em que são identificados e compreendidos, e sua compreensão é o passo fundamental para a sua superação. O erro é a manifestação de uma conduta não- aprendida. Reconhecendo a origem e a constituição do erro, podemos superá-lo com benefícios significativos para o crescimento. Por exemplo, o erro possibilita a oportunidade de revisão e de avanço. Mas, se a conduta for de castigo, o aluno não teria a chance de crescer e o professor perderia a possibilidade de educar. O castigo pode ser visto também como a nota vermelha.

Conforme Larry (2006), do fim do século XIX até o início do século XX, o erro era considerado um testemunho de falhas. De 1940 a 1960, o erro é a falta de aprendizagem. De 1960 até hoje, o erro é um itinerário do processo de aprendizagem. Luckesi (2002, p. 99) destaca que a prática da avaliação da aprendizagem, e seu sentido pleno, só será possível na medida em que houver efetivo interesse na aprendizagem do educando. É relevante avaliar a consistência da média aritmética na avaliação da aprendizagem. Podemos utilizar como exemplo ilustrativo o estudo para ser piloto de avião: aprendi a decolar, mas não aprendi a aterrissar o avião. Mas, mesmo assim com a média, eu consegui ser aprovada.

Levando a discussão anterior em conta, a avaliação diagnóstica e a avaliação formativa deve partir do nível de expectativa pré-estabelecido. Perrenoud (2000, p. 49) afirma que para gerir a progressão da aprendizagem não se pode deixar de fazer balanços periódicos das aquisições dos alunos. Eles são essenciais para fundamentar as decisões de aprovação ou de orientação necessárias mais tarde. Nesse contexto, são realizadas a avaliação diagnóstica e a avaliação formativa. Elas servem para auxiliar o aluno a aprender melhor. Um trabalho de formação mais intensivo ajudaria os professores a determinarem melhor os indicadores de aprendizagem que

permitem uma regulação interativa.

O procedimento “sequência didática”, apresentado por Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004, p.81), é um planejamento para o ensino de língua. É um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito. Essa sequência didática tem o intuito de auxiliar o aluno a dominar um gênero textual por proporcionar a produção de um texto oral e/ou escrito de maneira adequada numa dada situação de comunicação. Nessa sequência, em primeiro lugar, há a produção inicial, que começa pela definição do que é preciso trabalhar a fim de desenvolver as capacidades de linguagem dos alunos para a construção da produção final. Com essa prática, o professor pode aplicar a avaliação formativa para acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem do seu aluno.

Esses apontamentos organizados e apresentados pela mediadora ajudaram na discussão do GT2, cuja síntese foi apresentada na plenária: questões, problemas e encaminhamentos.

### **1. Questões Discutidas sobre Avaliação:**

- diverge do simples princípio de “exame”;
- procedimento que deve fugir do caráter classificatório, assim como ter uma visão mais global e processual;
- recomenda-se o uso de recursos tecnológicos para o acompanhamento discente; cadernos de aula: sequências didáticas e tarefas de acompanhamento que norteiem o sentido da avaliação;
- Tutoria: intermediação entre os cadernos de aula e a avaliação continuada, imprescindível para o bom desenvolvimento do curso.

### **2. Problemas Levantados:**

- Carência de tutores e de recursos tecnológicos básicos na instituição;
- Avaliação estanque e classificatória, ainda praticada por muitos docentes;
- Notas baixas e altos índices de reprovação;
- Dificuldade na consciência e prática interdisciplinar.

### **3. Encaminhamentos Aprovados:**

- Intensificar a urgência na conscientização pela figura do tutor, que vem



sendo sucateada e subestimada, tanto em sua remuneração, quanto no reconhecimento formal do ofício (validade para currículo);

- Recomendar o aproveitamento de parte da carga horária nos estágios supervisionados obrigatórios dentro dos quadros de tutoria;
- Conscientizar o corpo docente quanto ao uso de tecnologias diversas (redes sociais, mailing, etc.) à plataforma oficial, para comunicação com os discentes, com o intuito de envolvê-los e incentivá-los ao diálogo;
- Implementar o fórum coletivo de discussões na disciplina, não apenas como algo opcional, mas como atividade básica para a avaliação continuada;
- Incentivar a prática da avaliação desde o início do curso/disciplina, para otimizar e redirecionar o planejamento das aulas, assim como minimizar os índices de reprovação;
- Integrar disciplinas afins em um mesmo projeto de conteúdos correlatos, para melhor aplicar um modelo de interdisciplinaridade no âmbito da interação virtual.

### **GT-3 Estratégias de Melhoria de Desempenho Acadêmico dos Cursos de Licenciatura da UFS**

Esse GT foi mediado pelo professor Dr. Samuel Rodrigues de Oliveira Neto (DFI) e pela professora Dra. Maria Neide Sobral (DED), tendo como relatoras as professoras Dra. Márcia Regina Pereira Attiê (DFI) e Ma. Éccia Alécia Barreto de Jesus e ocorreu na didática VI, sala 104, para encaminhamento das discussões.

**As questões que orientaram o debate foram:** como é analisado o desempenho do seu curso na UFS? Tem conhecimento de como esse curso é avaliado em torno do sucesso/insucesso escolar? Como minimizar as dificuldades dos alunos em torno de pré-requisitos necessários para seu acompanhamento acadêmico? De que forma podemos promover alternativas pedagógicas centradas na aprendizagem dos alunos de modo a melhorar seu desempenho acadêmico?

Cabe destacar que o desempenho acadêmico tem sido objeto de estudos e reflexões de educadores e pesquisadores há décadas. Em primeiro momento, os moderadores apresentaram o tema do GT e alguns dados da COPAC (Coordenação de Planejamento e Avaliação Acadêmica) sobre o desempenho acadêmico dos

cursos de licenciatura da UFS. De um modo geral, o desempenho acadêmico foi considerado baixo, mostrando a necessidade de se promoverem ações que aumentem a taxa de sucesso dos acadêmicos. Foi perceptível que há uma variação em termos da taxa de sucesso dos cursos, com alguns cursos tendo índice de sucesso muito abaixo de 50%. Nos campi São Cristóvão e Itabaiana, os cursos de Biologia, Letras e Pedagogia estão entre os cursos que mais aprovam. Já nos cursos pertencentes à área de ciências exatas, a baixa taxa de sucesso é atribuída principalmente ao alto índice de retenção nas disciplinas iniciais dos cursos, a saber: Cálculo I, Vetores e, posteriormente, Física 1. Indagou-se se essa alta taxa de retenção é um dos agentes causadores do aumento do tempo de integralização dos cursos e da evasão.

A partir das questões-problemas, houve discussões significativas. Dentre elas, foi abordada a necessidade de ter um olhar macro para o curso de licenciatura em Física, ou seja, olhar outros países, e não apenas no micro. Lançou-se como exemplo a França, que já possui o ensino de física (com práticas de física) desde o fundamental I. Tal exemplo mostrou que o déficit/taxa de insucesso nos cursos de licenciaturas pode ter correlação com a falta de investimento na Educação Básica. Outro ponto discutido foi sobre a palavra DESEMPENHO, já que nem sempre concluir um curso significa inserção no mercado de trabalho; além do nível de letramento. Ainda, visando reduzir a retenção, e, conseqüentemente, reduzir a evasão e aumentar a taxa de sucesso, foi discutida a necessidade de estabelecer uma política de permanência do aluno e atualização didático-metodológica do corpo docente.

Por fim, os encaminhamentos foram assim colocados:

- Identificação e análise do perfil do egresso na UFS;
- Criação de fóruns para discutir formação continuada, a fim de saber quais as estratégias e metodologias para o ensino superior;
- Fomentar e aumentar as ações de assistências estudantis, além disso aumentar o número de oferta de bolsas PIBID e PIBIC. Ademais, divulgar entre os calouros, nas primeiras semanas de aula, as datas dos editais;
- Efetivação do acompanhamento pedagógico do aluno, o qual poderia estar dentro da carga horária do professor e deve ser mantido pelo colegiado do curso;
- Uma política de promoção de aprendizagem de responsabilidade dos colegiados (manter o controle de quem está reprovando, o porquê, conversar com os

professores);

- Fazer um inventário sobre as práticas inovadoras para socialização;
- Maior aproximação da Universidade com a Educação Básica, por meio de convênios, oficinas e jornadas pedagógicas.

### Conclusões sobre o III Forlic

Quadro síntese das propostas de encaminhamentos do III Forlic (2017)

Grupos de trabalho	Encaminhamentos
<p><b>GT1 - Oferta dos 20% da carga horária em EaD nos cursos presenciais.</b></p>	<p>Desenho de uma política de formação docente pelo Delib, de modo a indicar para os departamentos a oferta de disciplinas na modalidade em Ead;</p> <p>Indicação das <b>disciplinas a serem contempladas</b> na modalidade a distância pelos PPC de cursos, prioritariamente – transdepartamentais e propedêuticas – a exemplo de Inglês Instrumental, Produção de Texto, Estrutura e Funcionamento do Ensino.</p> <p>Tutor como professor, discutir institucionalmente o processo da tutoria bem como o exercício dessa tutoria.</p> <p>Inclusão da oferta dos 20% como uma medida urgente, e as condições pedagógicas e tecnológicas para fazê-lo: formato híbrido.</p>
<p><b>GT2 - Metodologias interativas no ensino e na aprendizagem: avaliação, cadernos de aula, tutor.</b></p>	<p>Intensificar a urgência na conscientização pela figura do tutor, que vem sendo sucateada e subestimada, tanto em sua remuneração, quanto no reconhecimento formal do ofício (validade para currículo).</p> <p>Recomendar o aproveitamento de parte da carga horária nos estágios supervisionados obrigatórios dentro dos quadros de tutoria.</p> <p>Conscientizar o corpo docente quanto ao uso de tecnologias diversas (redes sociais, mailing, etc.) à plataforma oficial, para comunicação com os discentes, com o intuito envolvê-los e incentivá-los ao diálogo.</p> <p>Implementar o fórum coletivo de discussões na disciplina, não apenas como algo opcional, mas como atividade básica para a avaliação continuada.</p> <p>Incentivar a prática da avaliação desde o início do curso/disciplina, para otimizar e redirecionar o planejamento das aulas, assim como minimizar os índices de reprovação.</p>
<p><b>GT3 - Estratégias de Melhoria de Desempenho Acadêmico dos Cursos de Licenciatura da UFS</b></p>	<p>Identificação e análise do perfil do egresso na UFS.</p> <p>Ter fóruns para discutir formação continuada, a fim de saber quais as estratégias e metodologias para o ensino superior.</p> <p>Fomentar e aumentar as ações de assistência estudantil, além disso aumentar o número de oferta de bolsas PIBID e PIBIC. Ademais, divulgar entre os calouros, nas primeiras semanas de aula, as datas dos editais.</p> <p>Efetivação do acompanhamento pedagógico do aluno, o qual poderia estar dentro da carga horária do professor e deveria ser mantido pelo colegiado do curso.</p> <p>Uma política de promoção de aprendizagem mantida pelo colegiado (quem está reprovando, o porquê, conversar com os professores).</p> <p>Fazer um inventário sobre as práticas inovadoras para socialização.</p>

	Maior aproximação da Universidade com a Educação Básica, por meio de convênios, oficinas e jornadas pedagógicas.
--	--

## **I FORBAC**

A problematização apresentada teve como principal objetivo contribuir com a construção de uma política de estágio compatível com os projetos político-pedagógicos dos cursos e refletir sobre as principais dificuldades quanto ao seu desenvolvimento. Para tanto, as discussões também ocorreram no âmbito de grupos de trabalhos (GTs) moderados pelos professores Robelius de Bortoli (Departamento de Educação Física), Marina Rodrigues Barbosa (Departamento de Educação em Saúde) e Marley Araújo (Departamento de Psicologia), respectivamente, no GT1 - O estágio supervisionado obrigatório e não obrigatório na formação profissional do estudante, GT2 - A contribuição das supervisões técnica e pedagógica, avaliação e autoavaliação do estudante no desempenho do estágio supervisionado obrigatório e não obrigatório e GT3 - O papel articulador das comissões de estágio para captação e operacionalização dos campos de estágio. O quadro 1 resume os principais pontos sinalizados durante a discussão nos GTs, tendo sido apresentado na Plenária no dia 13 de setembro de 2018.

No auditório da didática V foi realizada a mesa redonda do I Forbac, com o tema “Quais as expectativas da academia, organizações e estudantes em relação ao estágio supervisionado obrigatório e não obrigatório?”

A mesa foi composta por Rodrigo Rocha Pereira Lima (superintendente do Instituto Euvaldo Lodi), Lúcia Maria dos Santos Lima (coordenadora da Divisão de Estágios e Bolsas

– DIEB UFS), Professora Alaíde Hermínia de Aguiar Oliveira (Pró-Reitora de Extensão da UFS) e Júlio César da Silva (supervisor da unidade de Aracaju do CIEE) e a coordenação da mesa foi realizada pela professora Patrícia Oliveira Santos (Divisão de Bacharelados do DELIB/PROGRAD/UFS).

**Imagem nº 4** - Mesa redonda: “Quais as expectativas da academia, organizações e estudantes em relação ao estágio supervisionado obrigatório e não obrigatório?”



Fonte: Acervo do Delib (2017)

Esse fórum foi organizado com três GTs que tiveram questões norteadoras para balizar as discussões no dia 12 de setembro de 2017.

As questões, referências legais e as propostas de encaminhamentos foram organizadas no quadro abaixo, compondo uma síntese geral de todos os grupos.

Na tarde do dia 13 de setembro, devido à inviabilidade de realização da plenária no dia 14, como inicialmente previsto, aconteceu a exposição de resultados dos GTs e a sessão plenária do III Forlic, na sala 104 da didática VI. A apresentação dos resultados dos GTs do Forbac aconteceu na sala 106, também na didática V.

**Quadro nº 2** – Apresentação das demandas, contextualização e propostas relativas ao estágio supervisionado obrigatório na Universidade Federal de Sergipe – UFS, oriundas do I Fórum Permanente dos Bacharelados – I Forbac realizado no período de 12 a 14 de setembro de 2017

DEMANDAS IDENTIFICADAS	CONTEXTUALIZAÇÃO	PROPOSTAS	ITENS PREVISTOS NA RESOLUÇÃO DE ESTÁGIO EM REFORMULAÇÃO (2017)*
<b>Aspectos pedagógicos do estágio supervisionado obrigatório: desafios da supervisão pedagógica e suas relações com a supervisão técnica</b>			
<p>1. Orientação insuficiente ao aluno para o estágio</p>	<p>Uma análise geral por Centro ou <i>Campi</i> da UFS revelou que a relação de um (1) orientador pedagógico para mais de 10 alunos durante o estágio aparece em seis (6) dos oitos (8) Centros ou <i>Campi</i> investigados, com destaque para o Campus Lagarto e o Centro de Ciências Sociais Aplicadas–CCSA. Neste cenário, destacam-se os cursos: Ciências Contábeis, Enfermagem, Medicina (nos dois campi), Odontologia, Geologia, Relações Internacionais, Ciência da Informação, Biblioteconomia, Economia, Direito, Artes Visuais e Design.</p>	<p>Limitar o número de alunos por orientador/supervisor pedagógico (p. ex.: dois alunos por orientador);</p> <p>Dedicar pequena carga horária do estágio para orientações aos alunos.</p>	<p><b>Capítulo XII, Art. 56.</b> O número de estagiários por professor orientador/supervisor pedagógico, bem como o número de horas destinadas à supervisão serão definidos pelo projeto pedagógico de cada curso de graduação da UFS, de acordo com as suas especificidades e aprovados pelo Conselho Departamental.</p>

<p>2. Docente exercer as duas funções ao mesmo tempo, de supervisor pedagógico e técnico, especialmente pela inexistência/ausência de profissionais nos cenários de prática.</p> <p>Dados levantados pelo DIBAC confirmam que, nos <i>campi</i> e centros investigados, o percentual de professores envolvidos com estágio que desempenham simultaneamente os papéis de supervisor pedagógico e técnico é: Itabaiana (apenas 1 curso respondeu) e Lagarto (18%) e no CCAA (10%), CCBS</p>	<p>Alguns cursos têm escassez de campo de estágio que possua profissional formado na área atuando nele (ex: pequenas fazendas produtoras sem responsável técnico, comunidades ou ONGs sem psicólogo, empresas juniores formadas apenas por alunos).</p> <p>O que faz com que docentes aceitem estes campos é a dificuldade de os próprios docentes terem que obrigatoriamente providenciar os campos.</p> <p>Inexistência do supervisor técnico, especialmente, no setor público, ou por falta de profissional no campo ou por negativa ao participar de tal atividade.</p>	<p>Garantir oferta de vagas de acordo com a demanda em campos de estágios que apresentem as condições mínimas descritas no capítulo I, Art 11. (Resolução de estágio em reformulação);</p> <p>Garantir a supervisão técnica via cobrança dos setores públicos da existência do profissional (longo prazo), a exemplo da Lei 11.373/2009 do Estado da Bahia. (ver item 17);</p> <p>Em casos previstos no Cap. XII, art. 55, sugere-se que o professor possa computar a <b><u>carga horária total</u></b> do estágio como atividade de ensino (horas/aula);</p>	<p><b>Capítulo I, Art. 11.</b> São condições mínimas para a caracterização de um campo de estágio curricular obrigatório e não obrigatório:</p> <p>III. possuir profissionais graduados vinculados às áreas de estágio para supervisão e avaliação dos estagiários.</p> <p><b>Capítulo XII, Art. 55.</b> A realização de supervisão docente direta para a atividade de estágio obrigatório no local da concedente só se justifica em áreas onde, comprovadamente, não houver número satisfatório de profissionais para atuação como supervisor(a) técnico(a) ou por exigência da legislação profissional específica da área de conhecimento.</p>
---	---	---	--



<p>(40%) e CCET (17%) e nem sempre a área de atuação do professor é a mesma do estágio</p>			
<p>3. Supervisor técnico e pedagógico ocupam espaços diferentes e muitas vezes não há diálogo e alinhamento das intencionalidades do processo</p>		<p>Garantir e realizar, de forma sistemática, a devolutiva ao cenário de estágio, de tal forma que o campo de estágio tenha acesso ao resultado (produto) do estágio;</p> <p>Possibilitar como contrapartida ao supervisor técnico e, portanto, ao cenário de estágio, alguma forma de educação permanente e formação continuada. Tal estratégia fortalecerá o vínculo e alinhamento entre os atores do processo educativo do estágio;</p> <p>Utilização de ambientes virtuais de aprendizagem para realização de fóruns, chats e reuniões que possibilitem a integração entre os atores do processo;</p>	<p><b>Capítulo XII</b></p> <p><b>Art. 52.</b> São atribuições do professor orientador;</p> <p><b>Art. 53.</b> São atribuições do supervisor técnico;</p> <p><b>Art. 54.</b> A relação do professor orientador e o supervisor técnico dos estágios, observadas as diretrizes estabelecidas no projeto pedagógico do curso, poderá ocorrer mediante:</p> <p>I. [...];</p> <p>II. o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo estagiário e pelo orientador pode acontecer utilizando-se de: entrevistas e reuniões, presenciais</p>

			ou virtuais, visitas e consultoria técnica e, avaliação das atividades;
<p>4. Pouca interação entre supervisor técnico e pedagógico, dificultando o acompanhamento do desempenho e da conduta do aluno. Muitas vezes a relação acontece apenas via SIGAA</p>		<p>Utilização de ambientes virtuais de aprendizagem para realização de fóruns, chats e reuniões que possibilitem a integração entre os atores do processo;</p>	<p><b>Art. 53. São atribuições do supervisor técnico:</b></p> <p>I. orientar, discutir, acompanhar e avaliar o estagiário em relação às atividades desenvolvidas, por meio de uma relação dialógica com o professor orientador;</p> <p><b>Art. 54.</b> A relação do professor orientador e o supervisor técnico dos estágios, observadas as diretrizes estabelecidas no projeto pedagógico do curso, poderá ocorrer mediante:</p> <p>I. [...];</p> <p>II. o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo estagiário e pelo orientador pode acontecer utilizando-se de: entrevistas e reuniões, presenciais ou virtuais, visitas e consultoria</p>

			técnica e avaliação das atividades;
5. Em algumas situações há ainda uma terceira pessoa no processo de avaliação e acompanhamento do estudante, que é o orientador do estágio	Foi destacado por um dos centros que há, além do supervisor técnico e pedagógico, o orientador do estágio.  Docente com saberes técnicos da área específica do estágio que orienta o estudante (1 ou 2).	Criar instrumentos (relatórios, fóruns online, discussão dos casos e produtos do estágio) para alinhamento de todos os atores no processo de avaliação, orientação e desenvolvimento educacional no campo de estágio.	<b>Art. 48.</b> O estágio curricular será desenvolvido sob a coordenação, docência, orientação, avaliação e supervisão dos seguintes profissionais:  I. Coordenador(a) de estágio do Centro [...];  II. Coordenador(a) de estágio do Curso [...];  III. Orientador(a) ou supervisor acadêmico de estágio [...];  IV. Supervisor(a) técnico [...].

<p>6. Perfil do supervisor técnico poderá não favorecer o processo de aprendizagem do estudante</p>	<p>Com exceção do CECH e dos <i>campi</i> Lagarto e Itabaiana, pelo menos um curso mencionou possuir supervisor técnico com formação em outra área do curso vinculado ao estágio.</p>	<p>Possibilitar como contrapartida ao supervisor técnico e, portanto, ao cenário de estágio, alguma forma de educação permanente e formação continuada. Tal estratégia fortalecerá o vínculo e alinhamento entre os atores do processo educativo do estágio;</p> <p>A resolução não prevê contrapartida de departamentos quanto a oferta de cursos para supervisores técnicos, talvez providencial constar;</p>	<p><b>Capítulo I, Art. 11.</b> São condições mínimas para a caracterização de um campo de estágio curricular obrigatório e não obrigatório:</p> <p>III. possuir profissionais graduados vinculados às áreas de estágio para supervisão e avaliação dos estagiários.</p>
<p>7. Não existe a devolutiva aos campos de estágio de forma sistemática</p>		<p>Garantir e realizar, de forma sistemática, a devolutiva ao cenário de estágio, de tal forma que o campo de estágio tenha acesso ao resultado (produto) do estágio;</p>	<p>A resolução não faz menção a este item.</p>

<b>Aspectos pedagógicos do estágio supervisionado obrigatório: avaliação no estágio</b>			
<p>8. Os pesos atribuídos às notas do supervisor técnico e supervisor pedagógico são diferentes no processo de avaliação do estagiário</p>	<p>“...urgência de uma revisão do modelo de relatório de estágio exigido pelo curso como critério de avaliação...”</p>	<p>Considerar a avaliação do supervisor técnico e pedagógico de forma equitativa (pesos iguais), uma vez que as intencionalidades em relação ao processo de avaliação são distintas.</p> <p>Vale ressaltar aqui que a distinção neste quesito é imprescindível ao papel de cada um no processo;</p> <p>Deve constar no PPC de cada curso detalhes sobre a dinâmica de avaliação adotada para o estágio.</p>	<p>A resolução não faz menção a este item. Seria importante a resolução orientar a respeito.</p>
<p>9. Ineficiência de avaliação do estagiário nos casos em que o estágio é feito em outra cidade, região, ou mesmo fora do país. Não há um acompanhamento</p>		<p>Propor uso de ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), tais como Moodle, MOOC, ou até mesmo o próprio SIGAA, por meio dos fóruns e chats online, para acompanhamento do processo de aprendizagem;</p> <p>A resolução deve prever que cada curso</p>	

adequado por parte do supervisor pedagógico		defina a dinâmica de avaliação de estágio no PPC, que contemple o item 9;	
10. O uso de instrumentos de autoavaliação discente ou docente no estágio obrigatório não é sistematizado e institucionalizado	Não ocorre autoavaliação	Formalizar a autoavaliação como parte da avaliação do discente e do docente;  Definir de forma clara os critérios, parâmetros e intencionalidades da avaliação do estudante no campo de estágio. A construção destes critérios deve ser feita em conjunto por todos os atores envolvidos.	Sugere-se inserir aspectos relativos à autoavaliação na resolução, se assim se entender importante e adequado para esse tipo de instrumento legal.
<b>Captação de vagas e operacionalização do estágio supervisionado obrigatório</b>			
11. Disputa por campo de estágio (devido a limitações na carga horária do estagiário)	As IES particulares têm aula à noite e conseguem colocar o estagiário em tempo integral no campo de estágio. A UFS tem aulas durante o dia, limitando o tempo de permanência no	Concentrar o estágio em um único semestre;  Segregação do estágio em semestres.	Não há orientação na resolução.

	<p>estágio ao que é legal - 6 horas - não atendendo à real demanda do campo de estágio. Aliada a isso, há a possibilidade de incentivos - financeiros e de equipamentos para o campo - uma disputa pelo melhor incentivo;</p> <p>A duração do tempo de estágio em até um semestre no máximo ocorre para 58,8% dos cursos investigados (51 cursos no total), sendo aqueles vinculados ao CCET os principais responsáveis por este percentual. Os 41,2% restantes correspondem aos estágios realizados com duração de dois ou mais semestres nos cursos vinculados apenas ao Campus Lagarto, CCBS e CCSA.</p> <p>Comparada às instituições particulares, a CH semanal de estágio</p>		
--	--	--	--

	<p>da UFS é pequena. Ex: em Psicologia, os alunos devem fazer 6h/semana no campo durante um ano. Os da UNIT fazem 4h/dia no campo.</p>		
<p>12. Pouca participação/dedicação da instituição na busca por estágios para os alunos</p>	<p>Professores supervisores e/ou comissão de estágio, atualmente, são os responsáveis por prospectar os campos de estágio. Para isso, utilizam seu tempo extra-trabalho (tempo livre) e seus próprios recursos (combustível, contatos pessoais, etc.);</p> <p>Dados levantados pelo DIBAC junto às comissões de estágios dos cursos de bacharelado revelaram que a captação de vagas para estágio ocorre por alunos e professores, sendo mais frequentemente realizada por estes últimos. O campus Lagarto é o único que menciona apenas os</p>	<p>As comissões de estágio informariam ao DELIB quais as características desejáveis para seus campos de estágio, bem como o número de vagas necessárias, e poderiam, eventualmente, oferecer algumas sugestões de campos a serem prospectados.</p> <p>O DELIB prospectaria campos e vagas, tanto na região urbana quanto rural, que atendessem a estas características, e faria um banco de dados de campos/vagas, o qual seria divulgado para as comissões de estágio. Se necessário para a prospecção dos campos, o DELIB ofereceria contrapartidas aos mesmos.</p>	<p><b>Capítulo III, Art. 10.</b></p> <p>I. [...];</p> <p>II. A indicação e intermediação para captação de partes concedentes é de responsabilidade dos coordenadores de estágio de cada curso, com assessoria da Comissão de Estágio Curricular de cada centro (COECC) e das Pró-Reitorias de Graduação (PROGRAD) e de Extensão (PROEX) com a operacionalização do termo de convênio a cargo da PROEX/COPEC.</p>



	<p>docentes envolvidos nesse papel;</p> <p>A negociação com os campos concedentes demanda poder de barganha que aqueles responsáveis pela captação de vagas (docentes) não possuem, principalmente se levarmos em consideração que estes mesmos campos são disputados pelas instituições privadas de ensino.</p> <p>Sendo assim, o professor supervisor ou da comissão de estágio vê-se tendo que providenciar, solitariamente, a integralização do curso do aluno mediante a efetivação do estágio obrigatório.</p>	<p>As comissões de estágio avaliariam o potencial técnico-pedagógico dos campos prospectados via contato com o supervisor técnico e visita ao local.</p> <p>Oferta de serviços nos diferentes cursos/centros dentro da própria instituição (p. ex., Farmácia- Escola).</p> <p>Programas e projetos de extensão nos possíveis campos de estágio como forma de viabilizar o estágio.</p>	
<p>13. Docentes desestimulados a integrarem a comissão de estágio</p>	<p>Os professores supervisores e/ou comissão de estágio envolvidos na captação de estágio, como destacado no item anterior, não recebem redução de CH de regência, não</p>	<p>Contabilização no PAD e redução de CH de regência em 2h para os presidentes das comissões de estágio.</p> <p>O presidente e os membros da comissão</p>	<p>A resolução não faz menção a este item.</p>

	contabilizam esta CH no PAD, não são remunerados (no caso dos presidentes de comissão), ou seja, não recebem nenhum tipo de recompensa para desempenhar mais esta atividade;	de estágio teriam um barema específico de pontuação para sua atuação na comissão quando da progressão funcional (CPPD).	
14. Desconhecimento do mercado de trabalho em relação às atribuições de algumas profissões	Caso explicitado pelo curso de Engenharia de Materiais.	Campanhas de divulgação (por conselhos profissionais, p. ex.);  Delegar aos centros universitários a divulgação por meio de eventos 1 vez por ano, por exemplo, através de realização da Feira das Profissões.	

<p>15. A oferta de estágio como atividade</p>	<p>Os problemas mais frequentes apresentados nas discussões dos participantes giram em torno das dificuldades logísticas de garantia de recompensa de carga horária dos docentes envolvidos no estágio, pois atualmente a forma considerada pela universidade é semelhante ao tempo de orientação. Essa forma operacional desestimula os docentes a dedicar tempo para atuar efetivamente como supervisores pedagógicos de estágio.</p>	<p>Converter as horas de orientação de estágio em horas/aula, quando consideradas no Plano de Atividades Docentes (considerar como atividade de ensino no PAD);</p> <p>Definir o termo “atividade” com precisão e esclarecer as implicações disso no Capítulo I da resolução;</p> <p>Independente da transição do estágio de disciplina para atividade o que os professores reivindicam é que as horas dedicadas ao estágio sejam consideradas como horas/aula e inseridas no PAD;</p>	<p>Em diversos momentos ao longo da resolução, faz-se referência ao estágio como atividade, mas não há nenhum item ou artigo específico tratando da definição e esclarecendo as implicações na estrutura curricular;</p>
---	---	--	--

<p>16. Campos de trabalho onde estão inseridos alguns cursos de graduação possuem número limitado de locais com condições regulamentares de ofertar estágio</p>	<p>Alguns cursos têm escassez de campo de estágio que possua profissional formado na área atuando nele (por exemplo: fazendas produtoras sem responsável técnico, comunidades ou ONGs sem psicólogo, empresas juniores formadas apenas por alunos).</p> <p>Realidade também mencionada nos cursos de Medicina Veterinária e Zootecnia.</p>	<p>Solicitar ao SEBRAE auxílio para a regularização do local</p> <p>Estágio vinculado às associações/cooperativas locais.</p> <p>Aproveitamento do estágio não obrigatório para o estágio obrigatório (50% - 100% da carga horária total do ECSO-Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório);</p> <p>Programas e projetos de extensão nos possíveis campos de estágio como forma de viabilizar o estágio.</p>	
<p>17. Falta de estímulo à supervisão técnica</p>	<p>Resistência da supervisão técnica em aceitar os alunos.</p>	<p>Como forma de agregar valor ao trabalho de supervisor técnico, os grupos de participantes sugerem que a UFS busque uma forma de considerar maior pontuação em editais de seleção para pós-graduação e professor substituto na UFS aos supervisores técnicos de alunos</p>	

		<p>da UFS, desde que não fira a legislação vigente;</p> <p>Oferta de capacitação dos supervisores técnicos como forma de melhorar a supervisão e de aproximar o campo de estágio à universidade;</p> <p>Estabelecimento de diálogo entre o Magnífico Reitor e o Poder Público para verificar a possibilidade de implementar política de incentivo aos supervisores técnicos vinculados à rede estadual, de modo semelhante à Lei nº 11.373/2009 do Estado da Bahia que versa sobre plano de carreira e remuneração de Analista Universitário e Técnico Universitário, do Grupo Ocupacional Técnico-Específico.</p>	
18. A não remuneração é desestimulante	A não remuneração do estagiário o desestimula	Verificar a possibilidade junto a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis de auxílio alimentação, transporte e de manutenção acadêmica em caráter especial e temporário para aqueles alunos que se enquadram no critério de	

		vulnerabilidade social de acordo com a Política Nacional de Assistência Estudantil.	
19. Quando o estágio não obrigatório remunerado passa a ser obrigatório, geralmente, o aluno perde a remuneração.	<p>Muitas vezes o aluno estagiário depende dessa remuneração para deslocamento e despesas básicas.</p> <p>A concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação é facultativa no caso de estágio obrigatório (art. 12 da Lei 11.788/2008).</p>	<p>Dialogar com as concedentes, compreender as principais razões envolvidas e sensibilizá-las;</p> <p>O aluno que já realiza estágio não-obrigatório artigo 7 da resolução de estágio em reformulação - poderá abrir processo junto ao colegiado para apreciação do aproveitamento do estágio não obrigatório para obrigatório. No referido processo deverá constar: plano de trabalho; relatório final; parecer do supervisor técnico, termo de compromisso e cadastro da empresa na central de estágio.</p> <p>Desse modo, não haverá necessidade de modificação do estágio não obrigatório para obrigatório junto à concedente e,</p>	<p><b>Art. 7º.</b> O Projeto Pedagógico dos cursos de bacharelado e licenciatura deverão considerar o estágio não obrigatório, para fins de integralização curricular, como componente optativo ou atividade complementar até o limite máximo de 120 (cento e vinte) horas-aula, desde que aprovadas previamente pelo Colegiado do Curso.</p> <p><b>Parágrafo Único:</b> É permitido considerar um estágio não obrigatório como estágio obrigatório, desde que esteja previsto no Projeto Pedagógico do</p>

		portanto, não implicará na perda da remuneração.	curso, as atividades desenvolvidas pelo estudante estejam dentro da área de formação do aluno, corresponda à carga horária mínima prevista para o estágio obrigatório e a avaliação do estudante apresentada pela instituição concedente seja referendada pelo Colegiado do Curso.
20. Deslocamento do aluno para os locais de estágio	<p>Muitos estágios ocorrem em locais diferentes da residência do aluno, bem como, da universidade;</p> <p>A concessão de auxílio- transporte é facultativa no caso de estágio obrigatório (art. 12 da Lei 11.788/2008).</p>	<p>Negociar junto à empresa a possibilidade de manter ao menos o auxílio-transporte para os alunos em detrimento de contrapartida que a UFS poderia oferecer no âmbito da capacitação profissional dos funcionários da concedente;</p> <p>Verificar a possibilidade junto à Pro-Reitoria de Assuntos Estudantis de auxílio alimentação, transporte e/ou de manutenção acadêmica em caráter especial e temporário para aqueles alunos que se enquadram no critério de</p>	

		vulnerabilidade social de acordo com a Política Nacional de Assistência Estudantil.	
21. Deslocamento do professor para os locais de estágio	Os professores não dispõem de auxílio financeiro, seguro ou qualquer outro tipo de ajuda de custo para deslocamento que muitas vezes ocorrem em locais diferentes daqueles onde se encontra a universidade.	Garantir transporte ou auxílio financeiro para tal e seguro para deslocamento do docente até os locais de estágio.	
22. SIGAA e termos de estágio	<p>Algumas falas sobre trâmite na contratação do estágio:</p> <p>“Burocracia no cadastramento de empresas”;</p> <p>“Preencher formulário do SIGAA”;</p> <p>“As empresas relutam em fornecer RG e CPF dos responsáveis”;</p>	<p>Os termos de estágio poderiam ocorrer via aceite direto no SIGAA;</p> <p>Divulgação ampla quanto às instruções de preenchimento via SIGAA na ocasião do contratação do estágio;</p> <p>“Treinamento” das comissões de estágio e envolvidos com o processo quanto à contratação do estágio.</p>	Capítulo III, Art. 15, 16, 17, 18 e 19.



	<p>“Lentidão no trâmite de preenchimento dos termos de estágio”;</p> <p>“Os termos de compromisso deveriam ser enviados para as instituições através da UFS, com assinatura eletrônica desta IFES, por meio do sistema, para evitar morosidade nas assinaturas e extravio dos termos. O termo se trata de documento e, no momento fica a cargo do professor e do aluno entregar e <i>buscar após assinado</i>”;</p> <p><i>“O sistema de gerenciamento de estágio no SIGAA não grava as informações de estágios anteriores, este sistema só recupera informações das instituições de estágio por meio do CPF do supervisor na instituição receptora”;</i></p> <p><i>“Vale salientar que o CPF do</i></p>		
--	---	--	--

	<i>supervisor do estágio não fica registrado no termo de compromisso, sendo necessário sempre solicitar o CPF para preencher um novo cadastro”</i>		
--	--	--	--

\*A resolução de estágio da UFS em vigor é a Resolução nº05/2010/CONPEPE. Os artigos e capítulos destacados aqui fazem referência à nova resolução de estágio que se encontra em fase reformulação.

### **Imagens nº 5 - Plenária do Forbac**



Fonte: Acervo do Delib

### **Imagens nº 6 - Plenária do Forbac**



Fonte: Acervo do Delib

### **Considerações Finais do III Forlic e I Forbac**

Na avaliação da equipe organizadora do evento, o resgate histórico dos fóruns realizado nesse documento foi de extrema importância, dada a necessidade de a comissão organizadora do I Fórum Permanente dos Bacharelados e III Fórum Permanente das Licenciaturas em se apropriar dos problemas, alguns dos quais já elencados, bem como das propostas de encaminhamento sugeridas pelos professores nas edições anteriores dos Fóruns das Licenciaturas. Talvez isso explique o esvaziamento no tocante ao número de participantes nesse segundo evento, no que se refere às licenciaturas, embora não explique em relação aos bacharelados por ter sido o primeiro evento dessa natureza.

Compreendemos que há problemas gerais apontados nas três edições dos Fóruns das Licenciaturas, que permanecem sem resolutividade, principalmente no que diz respeito à/ao:

- Tensão entre a licenciatura e o bacharelado;
- Tensão entre a licenciatura a distância e a presencial;
- Estágio obrigatório como atividade acadêmica e não como disciplina;
- Articulação dos cursos de licenciatura com a rede pública de educação básica;
- Políticas de formação continuada que articulem a universidade e as escolas da rede pública de educação básica;
- Articulação entre a pós-graduação e a graduação.
- Institucionalização do processo de reformulação dos PPCs

Entendemos que os pontos elencados são relevantes e por isso é necessário que o DELIB apresente uma agenda permanente de discussão na tentativa de resolver os problemas, uma vez que a falta de resolutividade é razão suficiente para o esvaziamento dos fóruns, sinalizando a necessidade da DILEC e da DIBAC darem encaminhamentos aos pontos apresentados pelos GTs, em ambos os fóruns, que apontam para:

- Necessidade de continuar dialogando com as instâncias administrativas da Reitoria e com os departamentos que ofertam cursos de bacharelado, no sentido de buscar solução para os problemas levantados no I Fórum.
- Definição de princípios orientadores para uma política de formação docente da UFS, tendo em vista: pesquisa com egressos (onde estão, o que fazem, que dificuldades enfrentam), problemas de sucesso institucional (dados sobre evasão, repetência, abandono, disciplinas que servem de travas), possibilidades de flexibilidade na proposta curricular.
- Configuração de modelo mínimo de proposta de curso de formação docente tendo em vista a formação inicial básica e continuada, articulando pesquisa e extensão. Quais os fundamentos da formação docente? Que disciplinas seriam comuns a todos os cursos de licenciatura? Essas disciplinas poderiam ser ministradas a distância e/ou na modalidade presencial?
- Composição de um modelo híbrido, com 20% de disciplinas a distância, ofertadas pela plataforma do CESAD, com registro no SIGAA até conseguirmos condições técnicas ideais para ampliar;
- Promoção da mobilidade entre as disciplinas do presencial e dos cursos a distância, desde que asseguradas as vagas dos ingressos originalmente. Dessa forma, caso haja vaga, essa mobilidade pode ocorrer integralmente no curso?
- Discutir com os departamentos formas de aproximação entre a pós-graduação e

graduação no tocante a alinhar os cursos de pós aos respectivos departamentos, inclusive departamentos que ofertam curso de Licenciatura presencial e a distancia.

- Realização de acompanhamento aos egressos das licenciaturas (pesquisa) e de intercâmbio com a realização de eventos periódicos com as secretarias de educação (extensão) e a UFS;
- Criação de uma secretaria para integrar os programas de formação docente, de maneira a favorecer a organização de eventos conjuntos e potencializar o uso dos equipamentos e laboratório, a exemplo do LIFE.
- Repensar o formato dos fóruns, sugerindo fóruns online permanentes de discussão dos desafios e problemas das licenciaturas e bacharelados, com plenárias presenciais uma ou duas vezes ao ano.
- Desse modo, o DELIB fará uma agenda para discussão permanente, dada a natureza dos problemas que afetam os cursos de licenciatura e de bacharelado. Concordamos também que é de fato necessário um esforço conjunto entre a PROGRAD, centros e departamentos, no sentido de definir princípios orientadores para uma política de formação das licenciaturas e dos bacharelados da UFS.

### **Referências Bibliográficas**

DOLZ, J.; SCHNEWLY, B e colaboradores. **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização: Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 2002.

LARRUY, Martine Marquilló. *L'interprétation de l'erreur*. Paris : CLE International, 2003. • MEJÍA, Maria Noemi Alfaro. A auto-avaliação no processo de ensino-aprendizagem de português como língua estrangeira. In: ALMEIDA FILHO. José Carlos Paes (Org.). **Português para estrangeiros interface com o espanhol**. Campinas: Pontes, 2001.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação**: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

\_\_\_\_\_. **10 Novas Competências para Ensinar**. Porto Alegre : Artes Médicas Sul, 2000.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar?** Critérios e instrumentos. Petrópolis: Vozes, 2002.